

## O PNAE NA ESCOLA ESTADUAL VICENTE DE FONTES EM JOSÉ DA PENHA – RN

José Rosamilton de Lima

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
rosamiltonlima@hotmail.com

**Resumo:** Neste trabalho analisamos como é ofertada a alimentação escolar na Escola Estadual Vicente de Fontes. Para isso, elaboramos e aplicamos dois questionários, sendo um para os servidores que manipulam os alimentos e o outro para os alunos. Nosso objetivo no primeiro é verificar a qualificação, satisfação e dificuldades dos profissionais que manipulam e preparam a merenda escolar, assim como, as condições do ambiente em que são armazenados e preparados os alimentos. No segundo, tivemos como finalidade verificarmos a percepção dos alunos sobre a alimentação que eles consomem na escola. Vale salientar que, a alimentação escolar é um direito humano e social de todas as crianças e adolescentes que estão frequentando os estabelecimentos de ensino, sendo um dever do governo federal, estadual, distrital e municipal. Logo, o PNAE atende a todos os alunos matriculados na educação básica pública. Podemos dizer que a execução do PNAE na Escola Estadual Vicente de Fontes ocorre de forma adequada, tendo em vista que a merenda escolar ofertada é saudável e de qualidade. Ademais, o encontro da alimentação escolar com a agricultura familiar é uma boa tentativa de permitir que alimentos saudáveis e com forte apelo regional produzidos diretamente pela agricultura familiar possam ser consumidos diariamente pelos alunos de todo Brasil. Porém, temos que reconhecer que é um desafio enorme da gestão oferecer uma melhor alimentação escolar com os recursos que são disponibilizados.

**Palavras-chave:** PNAE. Escola Estadual Vicente de Fontes. Alimentação escolar.

### Introdução

O Brasil ainda tem que melhorar bastante para se tornar um país que ofereça um serviço público educacional de qualidade, visto que são muitos os fatores que contribuem para que não tenhamos bons resultados neste setor. Por isso, nas últimas décadas há um esforço para que possamos mudar essa realidade. Nesse sentido, o Governo Federal através do Ministério da Educação – MEC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE tem criado políticas públicas no intuito de proporcionar melhorias nesta área.

No entanto, são diversas as dificuldades para implementação dessas políticas, a saber: o comodismo de servidores que não tem conhecimento técnico para executá-las, o desestímulo para a formação continuada diante da desvalorização profissional, a forma desarticulada e desorganizada de como essas políticas são lançadas e chegam no chão das nossas escolas, o não engajamento dos educadores por viverem sobrecarregados de suas tarefas profissionais, a falta de interesse em não se envolverem nos colegiados voluntários, dentre outros.

Neste trabalho enfatizamos o Programa de Alimentação Escolar – PNAE, conhecido também como Merenda Escolar, o mesmo é financiado pelo Governo Federal por meio do FNDE que transfere recursos, em dez parcelas anuais, para as prefeituras municipais,

(83) 3322.3222

contato@setep2016.com.br

[www.setep2016.com.br](http://www.setep2016.com.br)

secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal, creches e escolas federais. Por isso, é relevante para nosso país, por se tratar de um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo. Ele valoriza a produção da agricultura familiar local com base no costume e na tradição alimentar das diversas partes do Brasil e incentiva as escolas para prática de hábitos alimentares saudáveis, proporcionando a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública da educação básica.

A escola é um espaço de formação cidadã e intelectual para o ser humano. Por isso, é um lugar adequado para proporcionar hábitos alimentares saudáveis. Então, é essencial o acompanhamento da nutricionista para a execução desse relevante programa. Nesse caso, a alimentação escolar na Escola Estadual Vicente de Fontes tem o acompanhamento de uma nutricionista devidamente habilitada que repassa orientação, estando vinculada a 8ª Diretoria Regional de Alimentação Escolar - DRAE pertencente a Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Rio Grande do Norte – SEEC-RN.

Portanto, neste trabalho faremos um breve histórico sobre a criação do PNAE e analisamos como é oferecida a alimentação escolar na Escola Estadual Vicente de Fontes. Para tanto, elaboramos e aplicamos dois questionários. Um para os servidores que manipulam os alimentos, merendeiras e suas auxiliares, e o outro para os alunos da referida escola.

### **O PNAE no cenário brasileiro e no contexto da Escola Estadual Vicente de Fontes**

No Brasil por volta de 1940 foi criado o Instituto Nacional de Nutrição que defendia a proposta de oferecer alimentação na escola. Contudo, faltou recurso financeiro para concretização da referida proposta. Na década de 50, surgiu o programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob responsabilidade pública. A iniciativa estava incluída como parte do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. Todavia, do plano original somente o Programa de Alimentação Escolar sobreviveu porque foi apoiado pelo Fundo Internacional de Socorro à Infância - FISI, atualmente denominado de Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF.

Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituía a Campanha de Merenda Escolar, subordinada ao Ministério da Educação e Cultura - MEC. Dos anos 50 até o final dos anos 70, a merenda escolar passou por momentos de reorganização, recebendo inclusive, apoio do Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO/ONU. Em 1979 o programa passou a ser denominado de Programa Nacional de Alimentação Escolar, com o propósito de respeitar os hábitos alimentares regionais e locais e observar nos processos de aquisição de produtos, a vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local.

Vale salientar que uma etapa significativa de evolução do PNAE foi a descentralização dos recursos. Era o órgão gerenciador que elaborava o cardápio, comprava os alimentos por meio de processo licitatório e depois fazia a distribuição para as escolas em todo território nacional. No entanto,

A partir de 12 de julho de 1994, a descentralização foi instituída por meio da Lei nº 8.913. A execução do Programa passou, então, a ser realizada mediante a celebração de convênios com os municípios, sendo delegada às secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal a competência para o atendimento dos alunos pertencentes às suas redes e às redes municipais que haviam aderido à descentralização. (BRASIL, 2014, p. 27).

Com base no exposto os municípios e estados tiveram que se adequarem a referida lei. No que diz respeito, por exemplo, as escolas da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte, podemos dizer que aumentou a responsabilidade e trabalho para a gestão escolar comprar os alimentos, contudo, houve um ganho na qualidade da merenda escolar. Ademais, no que se refere ao nosso estado existem as DRAEs que realizam visitas para fiscalizar como está ocorrendo a execução do PNAE nas instituições de ensino, observando o processo de armazenamento, manipulação e preparação do alimento na escola e também no acompanhamento das prestações de contas.

Enfatizando o nosso foco de estudo, afirmamos que o PNAE na Escola Estadual Vicente de Fontes ocorre por meio da gestão descentralizada, pois

O FNDE repassa os recursos financeiros para as EExs, que por sua vez, efetuam a transferência para as escolas da rede beneficiada pelo PNAE. Cada escola efetua a aquisição dos gêneros alimentícios a serem utilizados na preparação do cardápio da alimentação escolar, obedecendo à legislação específica sobre a compra e seguindo a supervisão do setor responsável pelo Programa nas EExs. (BRASIL, 2014, p. 53).

Desse modo, a referida escola possui uma vinculação com a SEEC - RN que orienta e fiscaliza a execução do PNAE por intermédio das DRAEs. Os recursos financeiros são repassados para uma conta específica para a aquisição dos gêneros alimentícios, mas quem libera é a própria SEEC - RN quando recebe a confirmação das DRAEs de que a escola já tem prestado conta corretamente da penúltima parcela recebida. Caso esteja ocorrendo alguma irregularidade a prestação de contas volta em diligência e o presidente da Unidade Executora - UEx é responsabilizado para prestar esclarecimentos e resolver imediatamente a situação, inclusive, podendo ser penalizado. Assim, de acordo com a Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, no Artigo 2º, no inciso IV uma das diretrizes da alimentação escolar é “a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados,

pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta de alimentação escolar saudável e adequada”.

Segundo consta no Artigo 14 da Resolução N° 26 de 17 de junho de 2013:

Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo Responsável Técnico - RT, com utilização de gêneros alimentícios básicos, de modo a respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada.

Como podemos ver a intenção e determinação do FNDE é boa, porém, existem algumas dificuldades para encontrarmos agricultores que produzam no semiárido nordestino. Assim, a utilização de no mínimo 30% dos recursos do PNAE que devem ser destinados para compra de produtos provindos da agricultura familiar, preferencialmente da produção agrícola local, não são encontrados em nosso município. Logo, na maioria das vezes ocorre que em municípios pequenos, como por exemplo, José da Penha – RN se produz pouco na agricultura familiar e é pouca a diversidade de alimentos que não são suficientes para atender as necessidades das escolas. Isso ocorre devido a escassez de água, pois vivenciamos uma crise hídrica, sendo comum no semiárido nordestino períodos prolongados de estiagem que podem chegar a cinco anos, causando muito prejuízo aos agricultores que não conseguem produzir seus alimentos para o consumo e venda.

Nesse sentido, quando publicada a chamada pública no mural da escola, em outros estabelecimentos públicos e a EMATER informada sobre a necessidade de frutas e verduras, os agricultores não produzem o suficiente para fornecer a escola na diversidade que se faz necessário. Então, a chamada pública é publicada no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, por meio da Rede Brasil Rural e ficamos no aguardo de oferta de agricultores da região que apareçam com o projeto de venda. Se faz necessário que a gestão da escola entre em contato com agricultores para a compra dos gêneros alimentícios providos da agricultura familiar.

Podemos afirmar que a legislação do PNAE através da Resolução 26/2013 e a Lei 11.947/2009 estimulam ao consumo de produtos orgânicos/agroecológicos na alimentação escolar, disseminando sistemas de produção de menor impacto ambiental, tentando proporcionar o aumento do dinamismo na economia local. Na tentativa de facilitar o cumprimento da legislação no que se refere a agricultura familiar a SEEC-RN tem se articulado com a EMATER-RN e convocado os agricultores para chamada pública do PNAE. Assim, a DIREC realizou uma chamada pública para que por meio desta os agricultores possam fornecer seus produtos para as escolas da rede estadual de ensino do RN.

Desse modo, o PNAE é relevante porque proporciona uma discussão dos hábitos alimentares das comunidades locais, com a finalidade de implementar na escola alimentos saudáveis. “O Programa pertence a uma política social do governo que busca desenvolver ações promotoras de saúde e de formação de hábitos e práticas alimentares saudáveis nas comunidades local e escolar”. (BRASIL, 2014, p. 21). Além disso, de acordo com o Artigo 3, da Resolução Nº 26 de 17 de junho de 2013:

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

O PNAE possui como objetivos estimular o exercício do controle social sobre sua alimentação, respeitando os hábitos alimentares e vocação agrícola locais e também dinamizar a economia local, contribuindo para a geração de emprego e renda.

### **Metodologia**

A Escola Estadual Vicente de Fontes possui 4 merendeiras e 3 auxiliares que atendem a 420 alunos, dentre estes estão incluídos 60 que almoçam na escola porque são contemplados pelo Programa Mais Educação - PME. A escola não possui refeitório, então os alunos se dispersam no galpão ou nas salas de aulas para se alimentarem. Na hora do almoço envolvendo os alunos do PME são colocadas mesas e cadeiras no galpão.

Para investigarmos como funciona a alimentação na Escola Estadual Vicente de Fontes, elaboramos e aplicamos dois questionários, sendo um para as merendeiras e auxiliares e o outro para os alunos da referida escola. Nosso objetivo no primeiro questionário é verificar a qualificação, satisfação e dificuldades dos profissionais que manipulam e preparam a merenda escolar, assim como, as condições do ambiente em que são armazenados e preparados os alimentos. Esse questionário é constituído de nove questões, sendo somente a primeira objetiva, e o restante subjetivas.

No segundo questionário voltado para os alunos, tivemos como finalidade verificarmos a percepção deles sobre a alimentação que consomem na escola. Para isso, entregamos voluntariamente 04 questionários por turma para 14 turmas, abrangendo a educação básica nos três turnos, a partir do 4º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais até a 3ª série do Ensino Médio, sendo que no Ensino Fundamental priorizamos para responder o devido questionário os alunos contemplados pelo PME. Portanto, foram entregues 56 questionários. Contudo, foram devolvidos 33.

## A alimentação escolar na concepção de merendeiras e auxiliares

Partimos, para a análise das questões do primeiro questionário. Na primeira pedimos para as servidoras marcarem a atual função na escola (merendeira ou auxiliar) e perguntamos o tempo que elas exerciam a referida função. Responderam o questionário 4 merendeiras e 3 auxiliares que já trabalham na função, variando da mais recente, 5 meses, até a mais antiga, que está na função há 29 anos.

No tocante a segunda questão: você recebeu capacitação para exercer a função de auxiliar de merendeira ou de merendeira? Explique. Foi verificado que todas possuem treinamento, sendo cursos de 16 horas, e quem está mais tempo na função já participou de quatro treinamentos. É essencial que essas profissionais sejam qualificadas para que utilizem seus conhecimentos técnicos no desenvolvimento das suas tarefas diárias, tais como realizar procedimentos de higienização das mãos, bancadas, utensílios, frutas, vegetais e hortaliças. Ademais, elas devem se comportarem adequadamente nos relacionamentos interpessoais com os estudantes e demais servidores da escola.

Em relação a terceira questão: você gosta de trabalhar na função de auxiliar de merendeira ou de merendeira? Justifique. Seis servidoras afirmaram que gostam da função e uma não mencionou se gosta ou não. Foi relatado também que gostam de cozinhar e se sentem felizes pela alegria das crianças com a alimentação saudável e saborosa.

A quarta pergunta questionou se elas obedecem ao cardápio sugerido pela nutricionista da 8ª DRAE e foi pedido para comentar. Todas responderam que tentam obedecer, porém, quando vai acabando determinados gêneros alimentícios se faz necessário alterações.

Desse modo, deve haver organização e planejamento para realização dos pedidos para o mês. Então, é observado o alimento que ainda está no depósito e ficar sempre atento ao prazo de validade dos produtos. É importante que o cardápio seja seguido corretamente porque

O cardápio, segundo a Resolução nº 465/2010 do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), é uma ferramenta operacional que relaciona os alimentos destinados a suprir as necessidades nutricionais individuais ou coletivas, discriminando os alimentos, por preparação, quantitativo *per capita*, para energia, carboidratos, proteínas, lipídios, fibras, vitaminas e minerais. (BRASIL, 2014, p. 37).

Sobre a quinta pergunta, o armazenamento dos alimentos ocorrem em ambiente adequado (separado de produtos de limpeza, pertences pessoais e materiais em desuso; local seco, limpo e ventilado)? Explique. Todas responderam que sim, pois o armazenamento ocorre de forma adequada com cada gênero no seu local correto e o depósito do material de limpeza é distante, situado em um outro espaço longe da cozinha e do depósito da merenda.

Para o armazenamento dos alimentos devem ser observadas as seguintes recomendações:

Os gêneros alimentícios devem ser armazenados separadamente dos produtos de limpeza, pertences pessoais e materiais em desuso. O local deve ser seco, limpo e ventilado. O armazenamento deve ser feito considerando-se as condições dos alimentos: perecíveis, semiperecíveis e não perecíveis. (BRASIL, 2014, p. 46).

Vale frisar que os alimentos perecíveis estragam com muita facilidade, devendo ser guardados na geladeira ou freezer, como por exemplo, leite pasteurizado, bebida láctea, polpas de frutas, carnes, verduras e frutas. Os semiperecíveis são os alimentos que não estragam com tanta facilidade e não precisa ser guardados na geladeira a saber: batata doce, macaxeira, jerimum, cebola, alho, etc. Já os não perecíveis são os alimentos que podem ser armazenados fora da geladeira e do freezer por um determinado tempo. Mas, precisam ser armazenados em lugares secos e ventilados. Se incluem aqui feijão, arroz, farinha, macarrão, flocos de milho, açúcar, biscoito, óleo, sal, milho para mugunzá, etc.

A sexta questão: a alimentação escolar é preparada e servida em ambiente higienizado? Explique como ocorre a prática de manipulação dos alimentos. Todas responderam sim, porque seguem sempre a orientação da Gestão da Escola e da 8ª DRAE. Ademais, foi relatado que para manusear os alimentos elas seguem as instruções aprendidas no curso de treinamento, como por exemplo, os alimentos crus são emergidos em água filtrada com hipoclorito, as manipuladoras devem usar tocas, luvas, jaleco, avental e sapatilhas adequadas e sempre manter as unhas cortadas, limpas e sem esmaltes. Ademais, o alimento é colocado somente quando aluno está na fila e a entrega é feita individualmente.

A sétima questão, diz respeito a qualidade: vocês consideram que a alimentação servida na Escola Estadual Vicente de Fontes é saudável e de boa qualidade? Comente. Foi constatado que todas consideram saudável e de boa qualidade porque segue o cardápio elaborado pela nutricionista e os alimentos comprados são de boa qualidade, novos e no prazo de validade, sendo que as merendeiras são capacitadas para prepará-los, seguindo a Ficha Técnica de Preparação - FTP.

Na oitava e penúltima questão foi solicitado para escrever as principais dificuldades de trabalhar como merendeira ou auxiliar na Escola Estadual Vicente de Fontes e justificar a resposta. Duas servidoras afirmaram que não tem nenhuma dificuldade, pois possuem o básico para desenvolverem suas tarefas adequadamente. Já as demais reclamaram que a cozinha é apertada, precisam de uma pia maior para lavar a louça e de mais duas geladeiras para armazenar frutas, verduras, leite pasteurizado e bebida láctea.

Na nona e última questão foi destinada para apontar sugestões para a melhoria da alimentação escolar. Logo, foi sugerido ampliar o espaço da cozinha e construir uma lavanderia para lavar a louça.

### **A alimentação escolar na concepção dos alunos**

Partimos para análise do segundo questionário. Na primeira questão foi perguntado: você gosta da alimentação escolar servida na Escola Estadual Vicente de Fontes? Comente sobre a(s) sua(s) favorita(s) e a(s) que você não gosta. Obtivemos os seguintes resultados apresentados no gráfico 1:

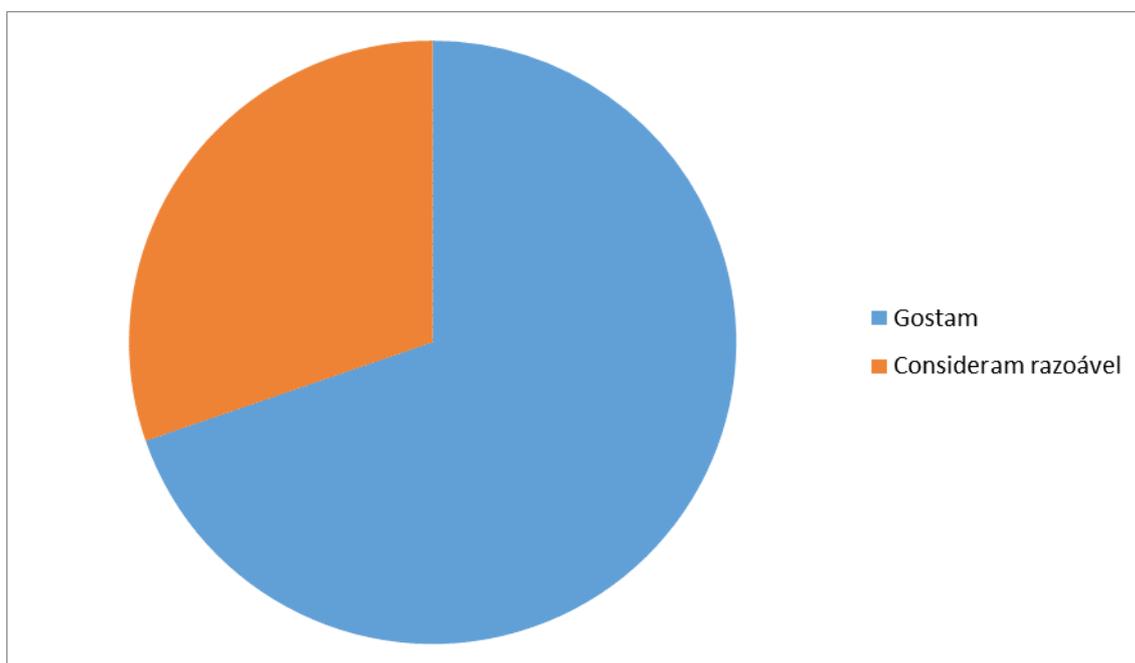


Gráfico 1: Gosto dos alunos pela alimentação na Escola Estadual Vicente de Fontes

Com base nos dados exposto no gráfico 1 foi constatado que a grande maioria dos alunos gostam do alimento servido na escola. As respostas sobre as comidas prediletas e as que menos gostam ficou de forma espontânea, em que cada aluno pôde apontar quantas desejasse mencionar. Vejamos o gráfico 2 que apresenta a merenda escolar favorita e em seguida o gráfico 3 que mostra a merenda escolar que eles menos gostam:

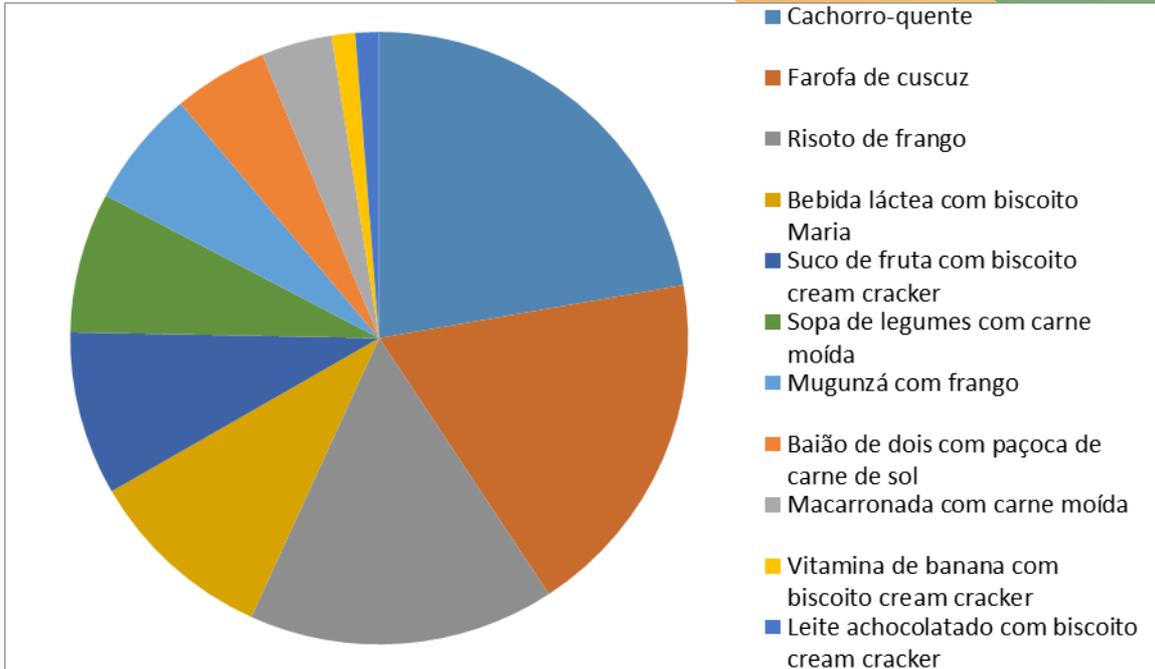


Gráfico 2: Alimentação Escolar favorita na Escola Estadual Vicente de Fontes

Como podemos observar a preferência é pelo cachorro-quente, farofa de cuscuz e o risoto de frango.

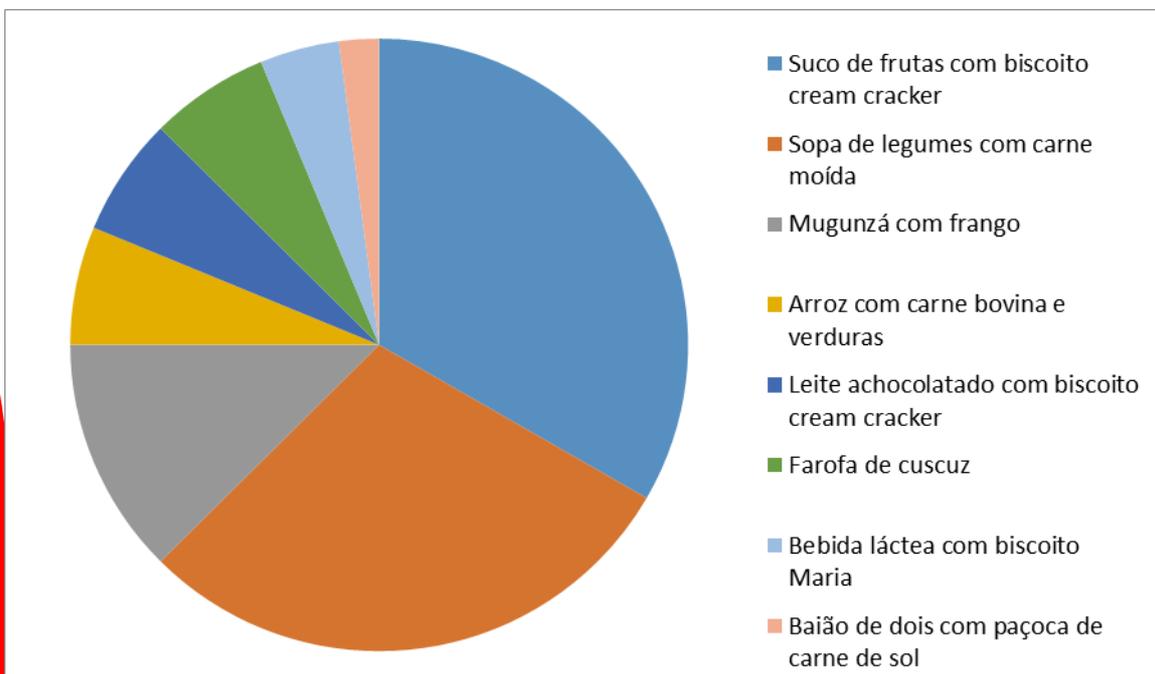


Gráfico 3: Alimentação escolar que os alunos menos gostam na Escola Estadual Vicente de Fontes

Com base no exposto, os alunos gostam menos do suco de frutas com biscoito cream cracker e da sopa de legumes com carne moída. A reclamação deles é que o suco é fraco e que a sopa possui muita gordura. No entanto, o suco de frutas é feito obedecendo a FTP, a saber: 120 ml de água, 40 ou 50 gramas de polpa de fruta e 15 gramas de açúcar refinado, dependendo da fruta utilizada .

Na segunda questão perguntamos se a alimentação escolar é preparada e servida em ambiente higienizado e pedimos para justificar. Vejamos o gráfico 4:

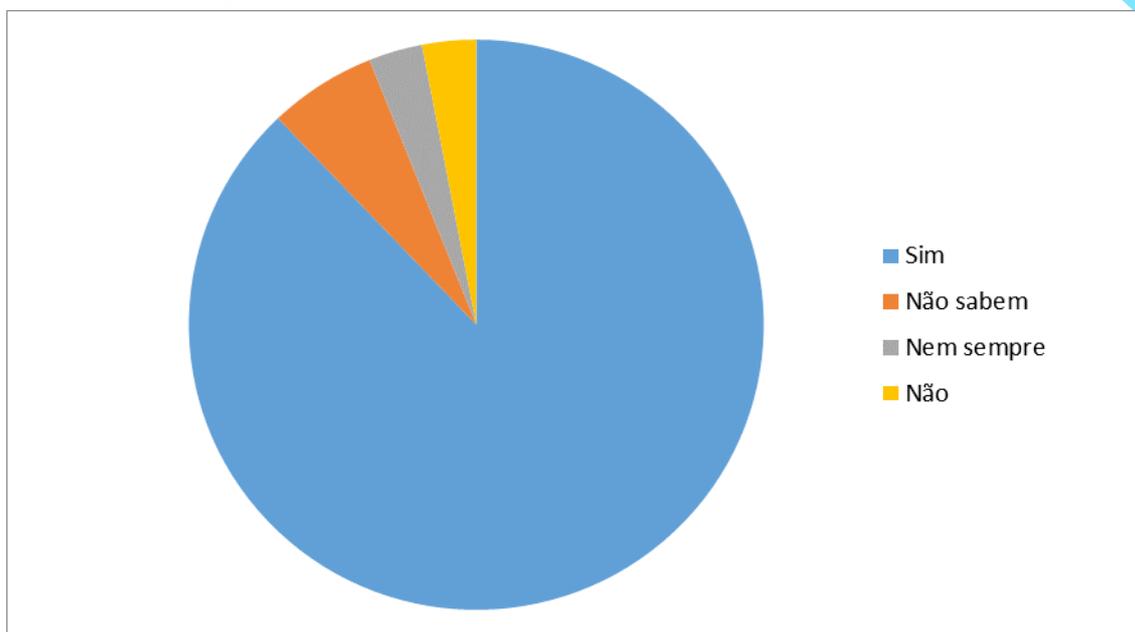


Gráfico 4: Opinião dos alunos se o ambiente onde é preparado e servido a alimentação escolar é higienizado

Como podemos ver quase todos os alunos responderam que o ambiente onde é preparado e servido a alimentação escolar é higienizado e como justificativa relataram que as merendeiras e auxiliares usam toca, trajas adequados com uso de luvas, avental e sapatilhas apropriadas e que não entram na cozinha outras pessoas além delas, sendo que é possível que os alunos visualizem todo o espaço onde elas trabalham onde o alimento é manipulado, e é perceptível que o espaço da cozinha é mantido sempre limpo e bem organizado.

A terceira questão: a alimentação escolar é servida obedecendo ao cardápio sugerido pelo nutricionista? Explique. Vejamos o gráfico 5.

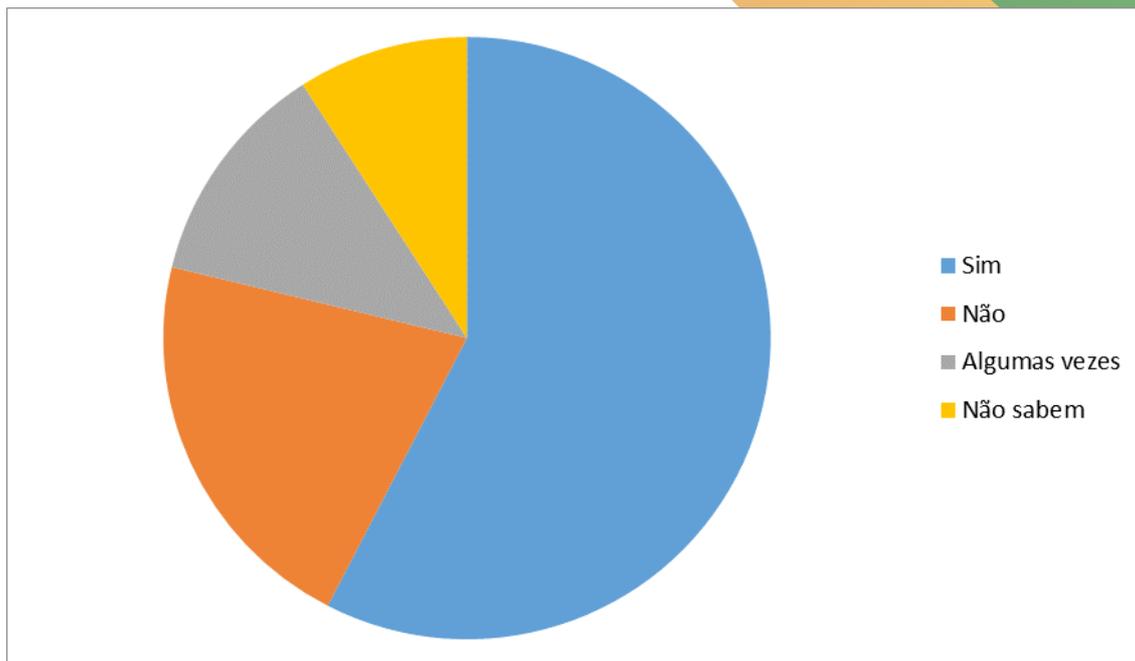


Gráfico 5: Percepção dos alunos sobre se o cardápio é obedecido

Como podemos observar a maioria afirma que o cardápio é obedecido e como explicação relatam ter consciência de que algumas vezes o alimento acaba, e conseqüentemente, tem que ser substituído. No que se refere ao turno noturno, a maioria dos alunos, sugere um cardápio que contenha merenda mais reforçada, que não sejam servidos biscoitos com leite achocolatado, sucos, vitaminas ou bebida láctea.

A gestão da escola se empenha no planejamento do alimento necessário para que o cardápio seja possível e orienta as merendeiras e auxiliares para cumprir o previsto no cardápio. Todavia, mesmo com esse cuidado e atenção algumas vezes falta um alimento que é substituído por outro. Antes da realização do pedido para o consumo mensal é verificado no depósito de alimentos se sobrou algo para poder tentar equilibrar durante o mês.

A quarta pergunta foi se a alimentação escolar servida na Escola Estadual Vicente de Fontes é saudável e de boa qualidade e foi pedido para comentar. Vejamos no gráfico 6 o pensamento dos alunos sobre isso:

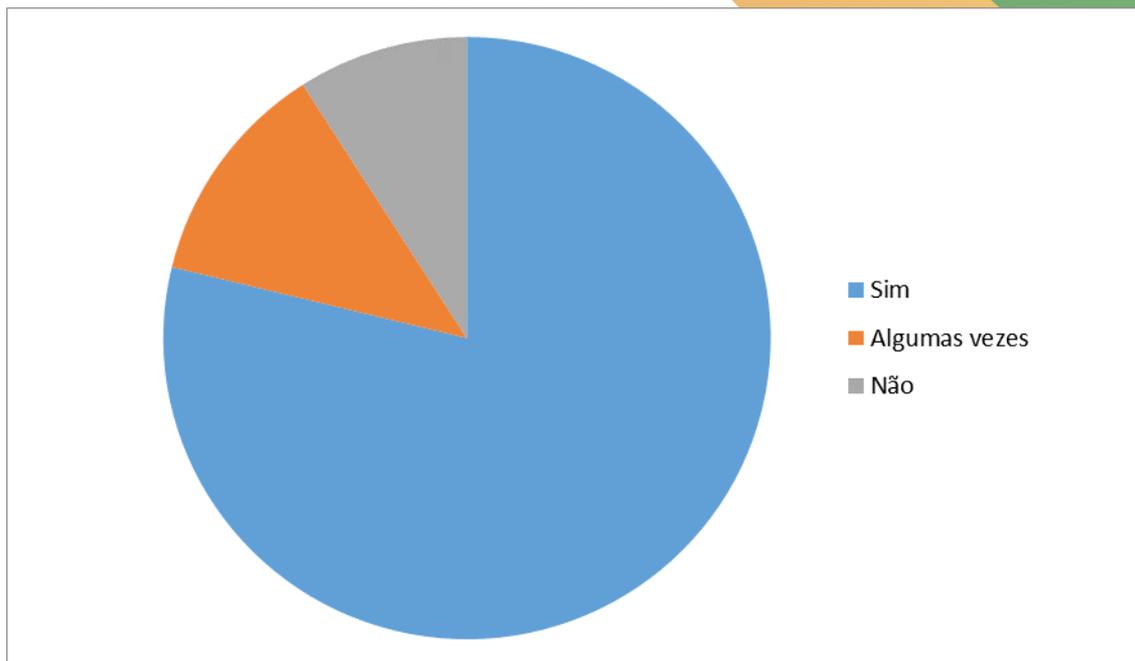


Gráfico 6: Pensamento dos alunos sobre se a alimentação escolar é saudável e de boa qualidade

Como nos mostra o gráfico 6 a grande maioria dos alunos consideram a alimentação escolar saudável e de boa qualidade. Logo, nos comentários foi possível verificar que possui verduras e vegetais e não possui muito sal, contendo os nutrientes necessários para o dia a dia. A maioria dos alunos demonstram satisfação, dizendo que não tem do que reclamar e que a comida é saborosa. Eles afirmaram que é saudável porque não contém produtos enlatados, salgados, conservantes, sucos artificiais e refrigerantes.

Porém, ocorreram algumas reclamações com relação a sopa que contém gordura e consideram o suco fraco. Alguns também reconhecem que necessitaria de mais recursos para alimentação de mais qualidade. Vale ressaltar que o recurso financeiro disponível deveria ser mais para proporcionar mais aquisição de alimentos, pois, para os alunos matriculados no ensino fundamental e médio a per capita é de R\$ 0,30 e para os do PME é R\$ 0,90.

A finalidade da Alimentação Escolar é contribuir para a melhoria da qualidade da educação, visto que a criança bem alimentada possui mais condições para aprender. Dessa forma:

Uma das funções do PNAE é, sem dúvida, oferecer alimentos adequados em quantidade e qualidade, para satisfazer as necessidades nutricionais do estudante no período em que ele permanecer na escola, além de contribuir para aquisição de hábitos e práticas alimentares saudáveis. (BRASIL, 2014, p. 18)

A alimentação escolar é um direito humano e social de todas as crianças e adolescentes que estão nas escolas, sendo um dever do governo federal, estadual, distrital e municipal. Logo, o PNAE atende a todos os alunos matriculados na educação básica pública.

Na quinta e última questão, pedimos para os alunos apontarem sugestões para a melhoria da alimentação escolar na Escola Estadual Vicente de Fontes. Então, foram várias as sugestões. Vejamos o gráfico 7:

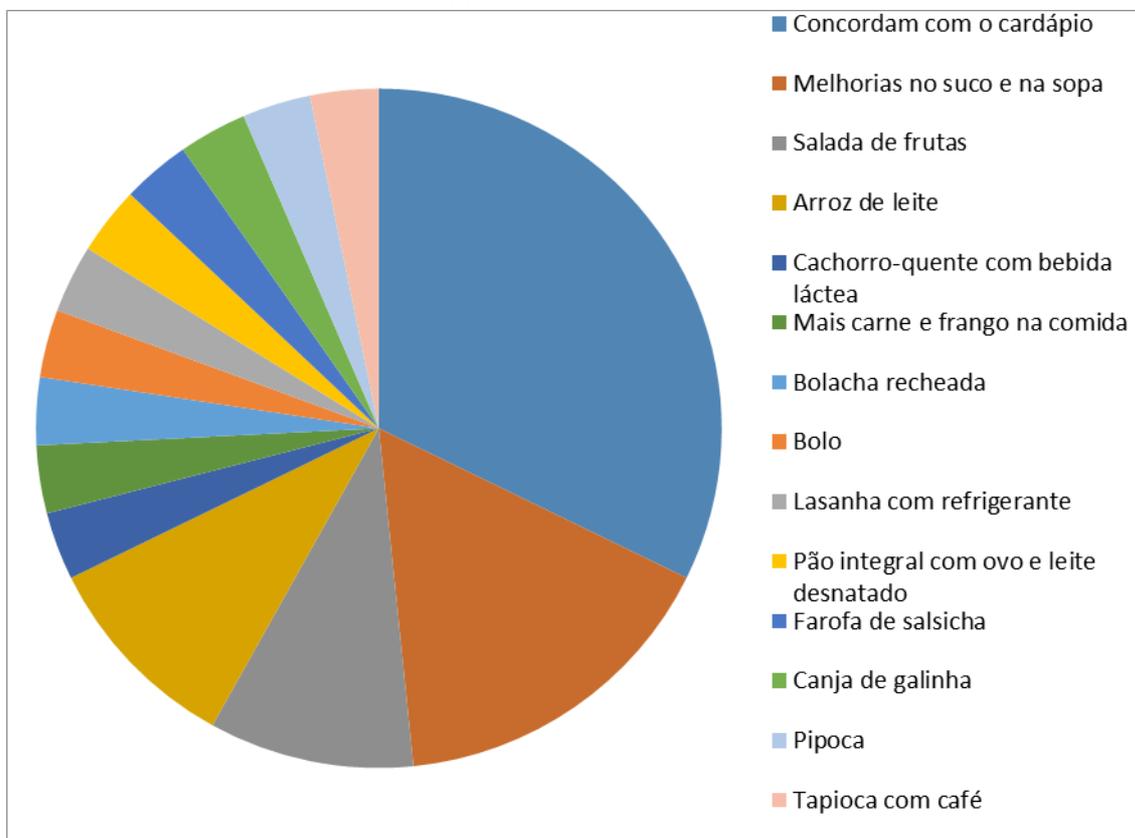


Gráfico 7: Sugestão de melhorias pelos alunos para a alimentação escolar da Escola Estadual Vicente de Fontes

Conforme observamos no gráfico boa parte dos alunos concordam com o cardápio ofertado, porém, sugerem melhorias no suco e na sopa. Alguns desejam com mais frequência salada de frutas e arroz de leite e querem mais carne e frango na comida, assim como, merendas que são consideradas não saudáveis a saber: lasanha com refrigerante, bolacha recheada e farofa de salsicha. Houve também quem sugerisse o pão integral com ovo e leite desnatado. Já no que diz respeito a sugestão para a oferta de tapioca com café, pipoca e bolo, podemos dizer que demanda tempo e mais trabalho para o preparo devido a quantidade de alunos, e precisam passar pela aprovação da nutricionista.

É interessante que ocorra em nossas escolas uma alimentação saudável e de qualidade. Para tanto, “a tarefa de garantir a qualidade da alimentação deve ser coletiva. Dela participam não só o nutricionista, mas também o Conselho de Alimentação Escolar, os merendeiros, a direção da escola, os professores, os alunos, os pais, enfim, todos que fazem parte da comunidade escolar” (BRASIL, 2014, p. 43). Assim, a prestação de contas dos recursos públicos é uma obrigação prevista na Constituição Federal de 1988, então com o PNAE não é

diferente, por isso, ela deve ocorrer em tempo hábil e com o acompanhamento do conselho de escola.

O controle social é uma responsabilidade da sociedade, porque todos os cidadãos pagam diversos impostos, que devem ser devolvidos a população através da prestação de serviços, tais como: na área da saúde, segurança, educação, assistência social, cultura, etc. Entretanto, muitas pessoas se revoltam com a má gestão dos recursos financeiros que são extraídos através de impostos e não são empregados corretamente, ocorrendo benefícios à minoria da população, desvios e corrupção com o dinheiro público. Para combater o mau gerenciamento do dinheiro público são criados os conselhos de acompanhamento e controle social.

Vale salientar que existem algumas dificuldades nas formações de conselhos, a saber: a falta de capacitação de pessoas para desenvolver a função, é uma tarefa não remunerada, as pessoas alegam indisponibilidade de tempo para se dedicarem a função de conselheiro e buscam evitar constrangimento e conflitos com a gestão, existe o medo de responder civil e criminalmente se estiver compactuando com alguma irregularidade, dentre outras. Todavia, muitas pessoas não se aprofundam nem se envolvem nos conselhos, preferindo criticar de forma inadequada as gestões mesmo sem tomarem conhecimento da aplicabilidade dos recursos financeiros.

É interessante mencionarmos que no caso da sociedade civil quando suspeitar de indícios de irregularidades no uso do dinheiro público, essas pessoas devem procurar os conselhos de acompanhamento e controle social ou se organizarem junto a órgãos que lhes represente como sindicatos para defenderem seus direitos e corrigirem as eventuais irregularidades que estejam ocorrendo.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá denunciar ao Ministério da Educação, ao FNDE, aos órgãos do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, ao Ministério Público Federal, ou aos mencionados conselhos (Lei nº 10.880/2005, art. 10, parágrafo 3º) qualquer tipo de irregularidade referente ao transporte do escolar. (BRASIL, 2010, p. 70).

Nesse sentido, os conselhos de controle social são instrumentos para a democratização das tomadas de decisões de diversos setores da sociedade que prestam serviços públicos quando realmente são compostos por membros atuantes, pois eles representam as ideias e os anseios de toda a sociedade civil. Quando se unem em prol de um objetivo comum tudo é possível, pois ficam fortalecidos e o grupo passa a buscar as melhores soluções para atendimento às necessidades daquela comunidade.

## Conclusão

É válido enfatizarmos que o encontro da alimentação escolar com a agricultura familiar é uma boa tentativa de permitir que alimentos saudáveis e com forte apelo regional produzidos diretamente pela agricultura familiar possam ser consumidos diariamente pelos alunos de todo Brasil. No entanto, muitos municípios do semiárido nordestino judiados pela escassez de água não possuem uma produção agrícola suficiente para atenderem as necessidades das escolas, mas que mesmo assim, elas recorrem ao agricultor ou para associação de agricultores mais próxima, no intuito de garantir a compra de no mínimo 30% dos recursos recebidos em produtos da agricultura familiar.

Desse modo, podemos dizer que a execução do PNAE na Escola Estadual Vicente de Fontes ocorre de forma adequada, pois a merenda escolar ofertada é saudável e de qualidade. Entretanto, precisa melhorias na sopa com relação a diminuição da gordura contida neste alimento. Ademais, o suco deve ser mais forte de acordo com a percepção dos alunos, mas que com base na sugestão da nutricionista a quantidade de 40 ou 50 gramas de polpa de fruta, mais 15 gramas de açúcar para cada 120 ml de água é o ideal. Então, cabe a gestão escolar reforçar e acompanhar as merendeiras diariamente para que elas sigam rigorosamente as orientações que constam na FTP, visto que a polpa utilizada no suco passa pela apreciação da nutricionista.

Portanto, o gestor escolar tem como papel cumprir rigorosamente o cardápio, aplicando corretamente os recursos financeiros que são enviados para aquisição de gêneros alimentícios e prestar contas em tempo hábil para a DRAE. Dessa forma, ele juntamente com toda a comunidade escolar estão contribuindo para a execução adequada desse relevante programa nacional que é o PNAE. Porém, temos que reconhecer que é um desafio enorme da gestão que tenta oferecer uma melhor alimentação escolar com os recursos que são disponibilizados.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Secretaria de Educação a Distância. **Caderno de Estudos do Curso PNAE**. 6ª ed., atual. – Brasília: MEC, FNDE, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Lei N° 11.947, de 16 de junho de 2009**. – Brasília: MEC, FNDE, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Resolução N° 26 de 17 de junho de 2013**. – Brasília: MEC, FNDE, 2013.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. **Grades de Cardápios**. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Natal. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Módulo controle social para conselheiros**. Brasília: MEC, FNDE, 2010.